

3. Um olhar geográfico para o Conjunto Habitacional Nova Sepetiba I

O presente capítulo se estrutura no estudo de caso do conjunto habitacional Nova Sepetiba I como o objetivo de estudar seu processo de desenvolvimento analisando-o como um exemplo concreto para as reflexões sobre as incompletudes das políticas habitacionais de interesse social implantadas na cidade do Rio de Janeiro.

Assim se pretende avaliar o alcance social desse projeto em possibilitar maiores oportunidades de uma mudança social positiva. Deve-se reforçar, porém que este trabalho não se trata de uma perspectiva baseada apenas no substrato material do espaço para alcançar o progresso e a harmonia social, pois:

[...] por mais relevante que seja o substrato, do ângulo da mudança social é evidente que ele não tem interesse isoladamente; não importa o espaço social “morto”, mas sim o espaço “vivo”, que é “vivificado” pela sua relação com seus produtores. (SOUZA, 2006, p. 111)

Nesse sentido o capítulo será subdividido no levantamento e análises sobre as características do projeto e em como essa materialidade produzida por meio de uma ação governamental vem sendo apropriada por seus usuários. Nesse sentido pretende-se perceber como o espaço construído do conjunto, seus prédios, casas, equipamentos urbanos em geral, bem como sua localização, dentre outros aspectos, vem contribuindo para a qualidade de vida, maior justiça social e autonomia dos seus moradores.

Tendo em vista que esse espaço consolida-se por relações socioespaciais complexas, a observação não será voltada apenas para os aspectos físicos da paisagem, ou seja, pela estrutura funcional produzida. Nesse sentido é preciso observar, mesmo que esse não seja o foco do trabalho, algumas características geográficas das relações sociais que estão agindo na dinâmica do seu processo de desenvolvimento. Assim surgem questões relacionadas com a participação e organização da comunidade local na gestão do conjunto habitacional, qual a relação do poder público nesse processo, quais os principais conflitos, contradições e desafios do desenvolvimento local em termos políticos etc.

É preciso reforçar que não seria prudente tentar esgotar todos os aspectos associados à multidimensionalidade espacial do conjunto habitacional em questão, o objetivo é analisá-lo nesse contexto complexo percebendo os possíveis caminhos e não definir modelos pretensiosos sobre as incontáveis variáveis que o constroem bem como modelos de ação supostamente infalíveis para o seu processo de desenvolvimento.

3.1.

Os objetivos e as características do Conjunto Habitacional Nova Sepetiba I, segundo o poder público do estado do Rio de Janeiro.

Nessa etapa um documento é fundamental, o qual corresponde ao relatório de impacto ambiental (RIMA) do Nova Sepetiba. Esse documento consiste no produto dos serviços de consultoria ambiental desenvolvido pelo Núcleo Superior de Estudos Governamentais/UERJ (NUSEG), tal serviço contratado pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

Esse documento afirma como objetivos principais do conjunto habitacional a contribuição para a redução do déficit habitacional do município do Rio de Janeiro, bem como para o atendimento de parte da demanda por moradias gerada pela população de baixa renda. Outro aspecto legitimador do empreendimento segundo o RIMA do Nova Sepetiba I é o fato de que:

[...] terras pertencentes ao poder público têm sido alvo frequente de invasões e de assentamentos humanos desordenados. Assim, evita-se a ocupação desordenada de terrenos e a favelização, que por sua vez ocasionam a *deterioração da qualidade de vida das populações circunvizinhas e dos recursos naturais do local*. (p.8).

Nesse sentido como afirma o RIMA de Nova Sepetiba I, uma das principais justificativas da construção do conjunto diz respeito à crença de que *“a urbanização e a construção na área representam fatores importantes na redução do risco de futuras invasões, que comprometeriam o planejamento da ocupação da região”* (p.3).

Nova Sepetiba é um projeto desenvolvido pela CEHAB que se estrutura na produção de um loteamento urbanizado o qual se apresenta como uma das ações do Governo do Estado, presidido na ocasião por Antony Garotinho, referente ao Programa Morar Feliz iniciado em 1999. Esse programa fazia parte das

atribuições coordenadoras da Secretaria de Ação Social que concentrava em suas responsabilidades outros programas sociais questionáveis em termos assistencialistas e clientelistas como o Programa Cheque-Cidadão além da Bolsa escola, Restaurante Popular e Farmácia Popular. Cabe ressaltar que essa secretaria estadual era de responsabilidade da então nomeada secretária Rosinha Garotinho, esposa do então governador do estado (ANNA 2009).

A área em que o projeto foi construído pertencia a Companhia Estadual de Habitação situada na estrada de Sepetiba entre os bairros Santa Cruz e Sepetiba pertencentes à zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Nova Sepetiba é constituída de duas grandes glebas intituladas Nova Sepetiba I, com 1.338.800,00 m² e Nova Sepetiba II com 1.935.870,00m², sendo que o segundo se encontra até o momento na sua fase inicial de construção devido às paralisações das obras enquanto o primeiro se encaminha para o seu décimo primeiro ano de existência.

Segundo o RIMA de Nova Sepetiba I, “o projeto se desenvolve tendo como premissa conceitos ambientalistas e tem como pontos relevantes” (p.4)

- 1) Implantação de tipologias habitacionais para atendimento à população carente, evitando assim a favelização da área com assentamentos irregulares e invasões, que ocasionam deterioração dos recursos naturais;
- 2) Implantação de tipologias institucionais, tais como escolas e creches, para atendimento da população do empreendimento e circunvizinhas, suprimindo a carência de instituições públicas de ensino da região;
- 3) Implantação de equipamentos comunitários, tais como postos de saúde, posto policial, centros comunitários e áreas de lazer de modo a promover o entretenimento, a segurança e a saúde da população do empreendimento e circunvizinha;
- 4) Criação de área comercial, com instalações de um centro de comércio de vizinhança para atender aos usuários e a população da região, bem como proporcionar oportunidade de emprego para esta população.
- 5) Urbanização da área, com a implantação de praças com mobiliário de esporte e lazer, abertura de ruas implantação de tratamento paisagístico e arborização.
- 6) Disposição das edificações considerando a topografia e o relevo da área;
- 7) Sistema de tratamento de esgotos com o lançamento dos efluentes tratados, no corpo receptor, praticamente eliminando os impactos ambientais de tal ação. (p.5)

O empreendedor do projeto defende, nesse sentido, que esse se estrutura em um novo paradigma de construção para a habitação de interesse popular. Cordeiro (SEM DATA), ao analisar os mesmos documentos de impacto ambiental sobre os

quais se baseia esta descrição, aponta para o argumento do empreendedor que defende a potencialidade social do projeto, pois esse:

(...) consolida, no que se refere ao espaço urbano equipado, a noção de conjunto habitacional mais diretamente relacionada ao conceito de urbanidade, na medida em que prevê a implantação da infra-estrutura de saneamento, incluindo Estações de Tratamento de Esgotos (ETE's) e equipamentos urbanos de consumo coletivo, tais como: escolas de ensino médio, posto de saúde, posto policial, centros de apoio comunitário, praças, além da previsão de uma cota de casas adaptadas para pessoas portadoras de deficiência.(Cordeiro, SEM DATA)

Segundo os documentos em análise o conjunto habitacional foram subdivididos em setores, o que resultou em um aproveitamento total de 4.163 lotes residenciais em Nova Sepetiba I , com área padrão de 8,00 x 16,00m, ou seja, 128 m².

A tipologia das casas, segundo os estudos de impacto ambiental de Nova Sepetiba I, possuem uma área construída de 29,81 m² e são compostas de sala, quarto, cozinha e banheiro. Na habitação padrão as dimensões dos cômodos são as seguintes²⁰:

- Sala: 12,21 m², com janela de 1,50 x 1,20 m e porta principal de 2,10 x 0,80m
- Quarto: 7,72 m², com janela de 1,50 x 1,20 m.
- Banheiro: 2,17 m², com basculante de 0,60 x 0,60 m e porta de 2,10 x 0,60 m.
- Cozinha: 3,82 m², com basculante de 0,60 m e porta para área de serviço de 2,10 x 0,70 m.
- Área de serviço: 1,58 m², com mureta protetora de 1,30 m de altura.

Também é relevante destacar os principais materiais utilizados na construção das casas. Sobre eles, o estudo de impacto ambiental de Nova Sepetiba I (2000) previa que a construção seria de alvenaria de tijolo cerâmica com revestimento. Para o piso da sala e do quarto seria utilizado cimento simples e na cozinha e banheiro o cimento queimado. O revestimento e a pintura das paredes seriam feitos com tinta acrílica na parte externa e PVA na parte interna. No banheiro e cozinha, o piso seria rebaixado em cinco centímetros em relação ao da sala. Também na cozinha, na altura do balcão da pia seriam colocadas duas fiadas de azulejos. A porta principal e de serviço seriam de esquadria metálica e no

²⁰ Essas dimensões podem ser observadas nas figuras 15 e 21.

banheiro de madeira lisa. Nas janelas da sala e do quarto, uma esquadria metálica utilizada com o vidro liso compondo a estrutura, a qual é repetida nos basculantes da cozinha e do banheiro. As instalações sanitárias contariam com lavatório, vaso sanitário e *box* para banho com chuveiro e na cozinha uma bancada de concreto com cuba, e na área de serviço haveria uma mureta protetora com tanque de lavar roupa.

Os estudos de impacto ambiental em análise prevêm alguns impactos relacionados as diversas fases do empreendimento em termos ambientais e socioeconômicos para a região, sobretudo devido ao relevante contingente populacional respectivo a chegada dos moradores do conjunto.

Um dos impactos identificado pelo RIMA do Nova Sepetiba I, diz respeito ao acréscimo na produção de carga orgânica a ser absorvido *“pelos já extremamente degradados ambientes aquáticos da região, em particular a Baía de Sepetiba, o que corresponde, porém, a um acréscimo de apenas 0,2% ao aporte atual da bacia”* (p.30).

O Mesmo documento afirma que:

O adensamento da população nesta região deverá provocar também impactos sobre a infra-estrutura de transporte, educação, saúde, saneamento básico e segurança pública da região. Estes impactos, entretanto, serão atenuados pelo fato de que o loteamento deverá contar com toda a infra-estrutura necessária ao atendimento desta população. (p.30)

Outro importante impacto destacado pelo estudo realizado se refere às relações sociais do lugar, nas quais são previstas dificuldades nas interações entre habitantes novos e antigos. Como afirma o mesmo documento:

O novo contexto social imposto a uma região de baixa densidade de ocupação poderá acarretar alterações no cotidiano da população de entorno, não só da comunidade do Jardim Piauí, mas também do loteamento Nova Sepetiba I e do próprio bairro de Sepetiba, uma vez que deverão ocorrer interações importantes entre essas comunidades. Estes fatores poderão acarretar ainda dificuldades de interação entre essas comunidades. (p.10)

A chegada dos novos moradores na região também foi identificada como uma das razões dos prováveis impactos negativos no mercado de trabalho, não só local como também regional o que se agrava devido não apenas a pressão natural

com o expressivo e repentino acréscimo populacional bem como dado ao próprio perfil socioeconômico existente o qual oferece poucas oportunidades de emprego formal.

Identificados os diversos impactos, o relatório em estudo prevê para consolidar o desenvolvimento sustentável do empreendimento algumas medidas mitigadoras associadas à questão de ordem socioambiental, como especificada a seguir:

- 1- Implementar o Projeto Paisagístico proposto que contempla a introdução de espécies que de certa forma forneçam abrigo para avifauna e as demais espécies;
- 2- Dotar o empreendimento de um sistema de esgotamento sanitário que opere com segurança possibilitando, através de tratamento a nível secundário, a remoção de cargas orgânicas na ordem de 90% antes do seu lançamento, nos corpos receptores.
- 3- Implementar a execução de Plano de Coleta Seletiva de Lixo, com objetivo de se estabelecer um programa mínimo de reaproveitamento e reciclagem de lixo além da redução do volume a ser encaminhado ao aterro municipal.
- 4- Promover o controle, da qualidade das águas, dos lançamentos provenientes das ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto), através de monitoramento.
- 5- Implantar os equipamentos urbanos identificados no projeto de forma a suprir as necessidades advindas da implantação do empreendimento.
- 6- Implantar os equipamentos comunitários e institucionais previstos no projeto de modo a suprir a deficiência da região por este tipo de serviço.
- 7- Promover junto às empresas de transporte coletivo o aumento das linhas que atendem a região.

Alem desses sete pontos o documento também estipula como medida mitigadora importante a promoção e o acompanhamento de diversos planos e programas, baseados segundo o empreendedor em um moderno conceito de controle ambiental, que visa à conservação, preservação e conscientização popular.

Dentre esses programas podemos destacar o Programa de Educação Ambiental, o qual segundo o documento, busca a conscientização ecológica de todos que se envolvem com o empreendimento e para tal planeja o desenvolvimento de algumas ações, estas especificadas abaixo:

- 1- Ações diretas com a participação das comunidades envolvidas direta e indiretamente com o Empreendimento, buscando a conscientização do ponto de vista ecológico de cada participante;

- 2- Ações, treinamentos e esclarecimentos de toda a mão-de-obra envolvida nas fases de implantação e operação quanto as questões ambientais que envolvem a comunidade e o empreendimento;
- 3- Programa de Coleta seletiva de Lixo, para compreensão e desenvolvimento de sistemas que possibilite mesmo que de início, em pequenas proporções, a reutilização de materiais, diminuindo, assim a quantidade de lixo que deverá ir para o vazamento público, além do desenvolvimento do sentimento preservacionista;
- 4- Programas de mutirões ecológicos no intuito de conscientizar a comunidade local sobre a importância da preservação das unidades de conservação na área de entorno do empreendimento;
- 5- Estabelecimento de convênios com instituições científicas, educacionais e ONGs. (p.8)

Outros programas também podem ser destacados como o Programa de Reciclagem de Lixo no qual segundo o empreendedor, os usuários e os operadores do empreendimento “serão incentivados à coleta seletiva do lixo, de modo a se obter uma destinação final ou reaproveitamento do mesmo, com geração para a própria população” local. O Programa de Controle de Vetores, por sua vez prevê ações para “evitar a proliferação de vetores nas áreas adjacentes e de dentro do empreendimento”; e o Programa de Monitoramento da Qualidade das águas planeja fazer medições “com a frequência e parâmetros estabelecidos pelo órgão ambiental nas áreas de lançamentos dos efluentes da ETE” (p.9).

Contando com as devidas estruturas construídas e planejadas, bem como pelas medidas mitigadoras necessárias para suprimir os impactos referentes as diversas fases do projeto, associadas aos programas especificados, o relatório de impacto ambiental assume a viabilidade do empreendimento tendo em vista sua adequação socioambiental para a região e para a cidade. Assim alguns pontos são destacados como conclusão do RIMA do conjunto habitacional em questão:

- 1) O empreendimento é adequado a vocação ora em desenvolvimento na região;
- 2) Possibilitará a ocupação ordenada do solo e a implantação de infra-estrutura básica de saneamento atualmente inexistente na região;
- 3) Proporcionará contrapartidas reais e práticas à região pois as modificações introduzidas resultarão na caracterização de uma nível de qualidade ambiental e de desenvolvimento social bastante superior ao hoje encontrado, tendo em vista os impactos positivos no que se refere, a implantação de infra-estrutura, a oferta de moradias, e a possibilidade de criação de empregos permanentes;
- 4) Haverá um aumento na oferta de emprego uma vez que o Empreendimento será dotado de equipamentos urbanos, comunitários e de comércio;
- 5) O empreendimento em sua operação terá impactos negativos de alta e média magnitude e importância, principalmente no meio antrópico, embora todos

esses impactos sejam mitigáveis e monitoráveis, e terá significativos impactos positivos, principalmente no que se refere ao ordenamento do uso do solo, evitando a favelização e a invasão da área, e ao desenvolvimento socioeconômico da região;

- 6) Representará elemento catalisador ao fornecer condições à efetiva presença do poder público nas esferas Federal, Estadual e Municipal;
- 7) Contribuirá para a redução do déficit habitacional que assola o Estado;
- 8) A não implantação do Empreendimento, com a conseqüente utilização econômica da área para outros fins, resulta numa alternativa de significativos impactos negativos de média a alta magnitude e de moderada a elevada importância para os três meios: biótico, físico e antrópico, acarretando uma ocupação desordenada da área a partir de invasões, já desencadeadas na região, desprovidas de qualquer tipo de infra-estrutura.

Nesse sentido o RIMA do Nova Sepetiba I, resumidamente conclui que:

[...] o Loteamento Urbanizado Nova Sepetiba I se apresenta como solução para atender a um dos maiores problemas sociais do Estado, o déficit habitacional. Implantando em área parcialmente degradada, sua concepção baseou-se na necessidade de impedir as invasões e assentamentos irregulares que progridem na região em função do empobrecimento da população, e minorizar o déficit habitacional existente no Estado. O empobrecimento contemplará contrapartidas reais e significativas para a comunidade local, quando forem implantadas as escolas, creches, postos de saúde, postos policiais e demais equipamentos previstos no projeto. Seus impactos Ambientais foram perfeitamente identificados e mensurados tendo sido propostas medidas mitigadoras que visam atenuar, e em alguns casos, eliminar os impactos negativos através da implantação dos Planos de Monitoramento e Programas Ambientais sugeridos, que são adequados a realidade social da região de sua inserção. (p.10)

Os conteúdos dos documentos em análise extrapolam os destaques aqui efetuados, pois relatam diversos outros aspectos do processo de produção do conjunto Nova Sepetiba I. Porém como o foco da presente etapa está na averiguação da potencialidade do projeto em gerar maiores possibilidades de uma mudança social positiva para os moradores no que diz respeito à qualidade de vida e maior justiça social no sentido de uma sociedade mais autônoma, as características selecionadas já são minimamente satisfatórias para se perceber as diversas contradições do projeto. E é justamente nesse sentido que a próxima etapa se encaminha.

3.2. As contradições

Com a descrição até então realizada algumas contradições são evidentes em relação aos objetivos e justificativas do projeto bem como nas formas planejadas para atender o público alvo e no que efetivamente foi realizado e mantido até o

presente momento no sentido de garantir maiores possibilidades de desenvolvimento sustentável do conjunto. Assim associando uma análise crítica do RIMA do Nova Sepetiba I com o estudo de campo realizado é possível identificar diversas limitações da política habitacional responsável pela construção e manutenção do conjunto em questão.

Um primeiro ponto a ser questionado está relacionado à falta de um embasamento mais consolidado sobre o conceito de déficit habitacional. No segundo capítulo dessa dissertação pode-se avaliar que esse não é um conceito simples, pois pode representar mudanças paradigmáticas das ações públicas dependendo da posição teórica e prática assumida sobre esse problema social.

Como já destacado anteriormente, o problema do déficit habitacional não é resolvido meramente com a construção em massa de casas populares, pois o déficit está imerso em uma gama de fatores que englobam dimensões políticas, econômicas e sociais desenvolvidas ao longo do processo histórico/geográfico da cidade. Ou seja, o problema é muito mais complexo. Nesse sentido é equivocado pensar que a pressão social por habitação será menor com medidas imediatistas para o problema. Obviamente, com o passar dos anos, a dinâmica social continuará materializando no espaço suas injustiças em relação ao setor habitacional na medida em que as raízes do problema não são observadas. Nesse sentido a manipulação política desse problema social complexo se perpetuará, legitimando políticas questionáveis em termos assistencialistas e populistas que envolvem interesses econômicos particulares e setoriais.²¹

Como discutido no capítulo anterior, a moradia de interesse social está na pauta do poder público há um tempo relevante, oferecendo contrapartidas para um setor controlado na sua maior parte pelo mercado e pela autoconstrução. Porém ainda é pouco perceptível uma postura mais complexa sobre a questão habitacional no que diz respeito à multidimensionalidade do ato de habitar, uma relação complexa com o espaço. Lefebvre (2008b) explica essa questão:

²¹ Sobre essas questões relacionadas à manipulação política do déficit habitacional no Brasil ver Bolaffi, 1979.

Seria possível dizer que a função pública se encarregava daquilo que outrora entrava numa economia de mercado. Sem dúvida. Mas nem por isso a habitação se torna um serviço público. Por assim dizer, o direito à moradia aflora na consciência social. Ele se faz reconhecer de fato na indignação provocadas pelos casos dramáticos, no descontentamento pela crise. Entretanto, não é reconhecido formal e praticamente, a não ser como um apêndice dos “direitos do homem”. A construção a cargo do Estado não transforma as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado. Como Engels previra, a questão da moradia, ainda que agravada, politicamente desempenha apenas um papel menor. Os grupos e partidos de esquerda contentam-se com reclamar “mais casas”. Por outro lado, não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível. Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito do *habitat* levado à sua forma pura pela burocracia estatal. (p.26)

Considerando a essência política complexa desse problema, algumas ações mais diretas podem ser efetuadas com maior coerência. Nesse contexto as estratégias para o planejamento territorial da cidade devem ser elaboradas conscientes de que o déficit habitacional não é a única questão que configura as contradições no setor habitacional. Como comentado anteriormente, segundo a fundação João Pinheiro, o déficit está associado à categoria de necessidades habitacionais, as quais se subdividem em três modalidades: déficit habitacional; demanda demográfica; inadequação (CARDOSO sem data c).

Cada uma dessas remete a estratégias diferentes de ação as quais podem representar medidas mais efetivas e coerentes com cada situação. Evidentemente esses indicadores, como qualquer outro, possuem suas limitações, no entanto certamente uma análise mais apurada das diversas necessidades habitacionais é extremamente relevante para o planejamento urbano no setor, pois esses indicadores podem ajudar a evitar desperdícios de tempo e verba em ações inadequadas e pouco eficazes. Nesse sentido, a construção do conjunto habitacional em questão poderia não ser exatamente a resposta necessária para atender com mais eficiência as necessidades habitacionais da cidade. No mínimo é possível pensar em mudanças significativas do projeto tendo em vista que esse reproduz modelos urbanísticos e arquitetônicos que acumulam fracassos ao longo da história da cidade.

No caso do Nova Sepetiba é curioso perceber que boa parte dos moradores são oriundos de outros conjuntos habitacionais de interesse social que reproduzem

padrões semelhantes do mesmo, como por exemplo a Vila Kennedy. A realocação desses moradores em Nova Sepetiba, devido às precariedades da região de origem, mostra a insustentabilidade frequente nesses mega projetos de habitação popular, os quais com o passar dos anos assistiram a um intenso processo de favelização.

Essa questão permite remeter-se às críticas de Lefebvre (2008b), quanto à racionalidade do Estado ao ato socioespacial do *habitar*, o qual parece ser reduzido a uma relação burocrática, definida pelo autor como o *habitat*. Comparando dois modelos urbanísticos de habitação social comuns na França, ou seja, os pavilhões (conjunto residências suburbanos formados por casas isoladas umas das outras) e os Conjuntos (blocos de apartamentos) o autor destaca as contradições estatais frente a essas diferentes noções e as limitações de ambos os modelos:

Esta noção, a do habitar ainda continua “incerta”. Os pavilhões permitem variantes, interpretações particulares ou individuais do habitat. Uma espécie de plasticidade permitia modificações, apropriações. O espaço dos pavilhões – recinto, jardins, cantos diversos e disponíveis – deixava o *habitar* uma margem de iniciativa e de liberdade, limitada mas real. A racionalidade estatal vai até o fim. No novo conjunto instaura-se o habitat em estado puro, soma de coações. O maior conjunto realiza o conceito do habitar, diriam os filósofos, ao excluir o habitar: a plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos tipos de indivíduos de suas condições de existência. É também cotidianidade completa, funções, prescrições, emprego rígido do tempo que se inscreve e se significa nesse habitat. (p.26)

Por essa perspectiva as políticas habitacionais de interesse social que se estruturam na construção de grandes conjuntos habitacionais, costumeiramente não contemplam a complexidade de ato de habitar representando de certa maneira constrangimentos e restrições para essa relação simbólica e material com o espaço de vida e que no decorrer do tempo serão alguns dos principais motores da essência insustentável desses projetos.

Na análise do RIMA de Nova Sepetiba I, o descaso com essa questão pode ser apurado tão logo a percepção de que a justificativa do poder público que parece ter mais peso para efetivar o empreendimento é evitar invasões de áreas públicas o que representaria um grave problema para o planejamento e ordenamento do território da cidade e não efetivamente a melhoria da qualidade

de vida da população. A produção da cidade assim, mais uma vez obedece a uma racionalidade questionável, um modelo que elabora medidas simplistas para um problema social complexo e urgente em nome da eficiência do território no nível econômico, da arrecadação fiscal e da burocracia estatal, ou seja, vinculado a um modelo de desenvolvimento economicista que afeta também a formulação de tais políticas como foi observado no segundo capítulo do presente texto.

Essa questão parece se estabelecer na essência dessas políticas habitacionais de interesse social comuns na cidade do Rio de Janeiro, e pode, mesmo que de maneira parcial, explicar algumas das limitações e contradições materializadas. No caso de Nova Sepetiba, pode-se observar mediante a análise do projeto que foram previstas algumas medidas mitigadoras para os inevitáveis impactos sociais e ambientais que o conjunto ocasionaria a partir de sua utilização. No entanto com a pesquisa de campo realizada constatou-se que esses projetos nunca foram efetivamente realizados. Caracterizando uma falta de compromisso com o desenvolvimento local desses grandes projetos habitacionais por parte dos órgãos responsáveis.

Segundo moradores e líderes comunitários programas previstos como o de coleta seletiva e reciclagem de lixo, o programa de controle de vetores, o monitoramento das águas dentre outros nunca chegaram a “sair do papel”. O único que aparece recentemente e ainda de maneira pontual, ou seja, não com a abrangência prevista, é o programa de educação ambiental, o qual é de responsabilidade do Instituto estadual do ambiente (Inea) com o objetivo de formar agentes ambientais na comunidade.

O descaso do poder público com o conjunto habitacional em questão também fica evidente ao averiguar alguns dos equipamentos urbanos tidos no projeto como pilares da sustentabilidade e viabilidade do mesmo. Alguns desses equipamentos não estão em funcionamento e se encontram em estado avançado de degradação devido à displicência na conservação dos mesmos, como é o caso das estações de tratamento esgoto, as quais nenhuma das três está em operação. Duas dessas estações podem ser visualizadas nas figuras 1 e 2 abaixo evidenciando suas características atuais bem como os possíveis reflexos dessa ineficiência exemplificada pelas figuras 2 e 3:



Figura 1: Estação de tratamento de esgoto do Conjunto Habitacional Nova Sepetiba 1, localizada no setor 3, a qual se encontra paralisada e em péssima conservação.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 1: Estação de tratamento de esgoto do Conjunto Habitacional Nova Sepetiba 1, localizada no setor 1, a qual se encontra paralisada e em péssima conservação.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 3: Vazamento de esgoto em Nova Sepetiba I. Os quais segundo moradores são cada vez mais comuns.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011

Na pesquisa de campo foi possível observar junto aos moradores outros equipamentos urbanos que não estão de acordo com o que foi estipulado no projeto e nesse sentido comprometendo intensamente os objetivos sociais do conjunto habitacional em questão. Analisando tais equipamentos foi possível observar e dividir os mesmos em três grupos de problemas. O primeiro são os equipamentos que foram efetivamente construídos, mas não se encontram em funcionamento, no qual além das ETEs, se destacam as creches; o segundo grupo são os equipamentos que foram efetivamente construídos mas estão operando, segundo moradores e líderes comunitários, de maneira inadequada para a realidade da população local, onde se destaca o posto de saúde e algumas praças; e o terceiro grupo dos equipamentos que não chegaram a ser concluídos efetivamente, onde se pode destacar algumas áreas de lazer e esporte coletivo bem como as áreas comerciais.

No primeiro grupo, o problema das creches é bem significativo. Os moradores destacam que apenas duas creches municipais estão funcionando e mesmo assim de maneira questionável. As vagas nesse sentido são limitadas e a maioria da grande população de moradores não pode usufruir de tal serviço. Contraditoriamente, a creche que oferece serviços, considerados de melhor

qualidade e com um número de vagas mais coerente, segundo os moradores, é justamente uma creche comunitária financiada por uma organização não governamental. (ver figuras 4, 5 e 6).



Figura 4: Prédio destinado a uma das creches do conjunto Nova Sepetiba I, o qual se encontra inoperante.
Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 5: Prédio destinado a uma das creches do conjunto Nova Sepetiba I, o qual se encontra inoperante.
Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 6: Creche municipal “Vovó Benta” no conjunto Nova Sepetiba I. Uma das únicas duas creches de responsabilidades do poder público na localidade.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 7: Creche comunitária “Isabel Maria I” no conjunto Nova Sepetiba I, a qual segundo moradores oferece a melhor qualidade de serviço.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011

Em relação ao segundo grupo de problemas associados aos equipamentos urbanos previstos no projeto o posto de saúde entra em destaque pela inadequação dos seus serviços. Aparentemente seu estado de conservação não apresenta problemas relevantes (ver figura 8), todavia a estrutura de seu funcionamento é intensamente criticada pelos moradores. Segundo moradores líderes comunitários, o posto de saúde não presta qualquer tipo de atendimento imediato. Nesse posto os moradores apenas se cadastram com as agentes de saúde disponíveis no posto as quais agendam consultas nas respectivas residências com os médicos responsáveis.

Notadamente esse sistema fica longe de ser eficiente em uma área de grande defasagem de atendimento médico e com um demanda extremamente relevante. Além disso, segundo protesto dos moradores o esquema efetuado no posto em questão é meramente ilustrativo, no qual tais visitas, quando realmente ocorrem, demoram meses para serem realizadas.

Algumas praças também representam inadequações em relação à realidade local. Na principal praça do conjunto em questão, conhecida localmente como “praça do skate”, além da relevante degradação os moradores destacam justamente a pista de skate a qual nunca foi usada devido à sua inclinação extrema e fora dos padrões bem como a ausência de qualquer aparato de segurança para os possíveis praticantes do esporte (Figura 9).



Figura 8: Posto de saúde do conjunto habitacional Nova Sepetiba I.
Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 9: “Praça do Skate” no conjunto Nova Sepetiba I. Destaque para a pista de skate jamais utilizada para a prática do esporte.
Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011

No terceiro grupo de problemas relacionados com os equipamentos urbanos previstos no projeto podemos destacar uma grande área de lazer e esporte bem como outra expressiva área do conjunto destinada ao desenvolvimento comercial as quais nunca foram concluídas (figuras 10, 11, 12, 13 e 14).



Figura 10: Área de esporte e lazer Nova Sepetiba I não concluída.
Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 11: Campo de grama sintética de Nova Sepetiba I não concluído.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 12: Quadra poliesportiva de Nova Sepetiba I não concluída.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 13: Área destinada a empreendimentos comerciais de Nova Sepetiba I, jamais utilizada.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 14: Área destinada a empreendimentos comerciais de Nova Sepetiba I, jamais utilizada para os fins previstos. Destaque para a apropriação do terreno por um ferro velho local.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011

Fora todos esses problemas nos equipamentos urbanos, outras características do espaço construído também chamam a atenção no sentido de avaliar o alcance social do projeto associado à intenção de gerar maiores possibilidades de caminhos mais sustentáveis para a população local. Nesse sentido a tipologia das casas padrão pode ser questionada, principalmente em relação às suas dimensões e forma arquitetônica.

Como já especificado as unidades habitacionais do conjunto em análise possuem em média 29 m² e seus cômodos são apenas um quarto, uma sala e um banheiro (ver planta da casa em anexo). Diante da estrutura familiar comumente encontrada no local essas dimensões são bastante reduzidas e inadequadas. Conhecendo a realidade local, é possível averiguar que não raro, ao invés de suprir plenamente as necessidades habitacionais básicas, essas unidades habitacionais acabam por reproduzi-las ou reforçá-las, como é o caso da coabitação. Nesse sentido é comum que mais de um núcleo familiar ocupe a mesma unidade habitacional.

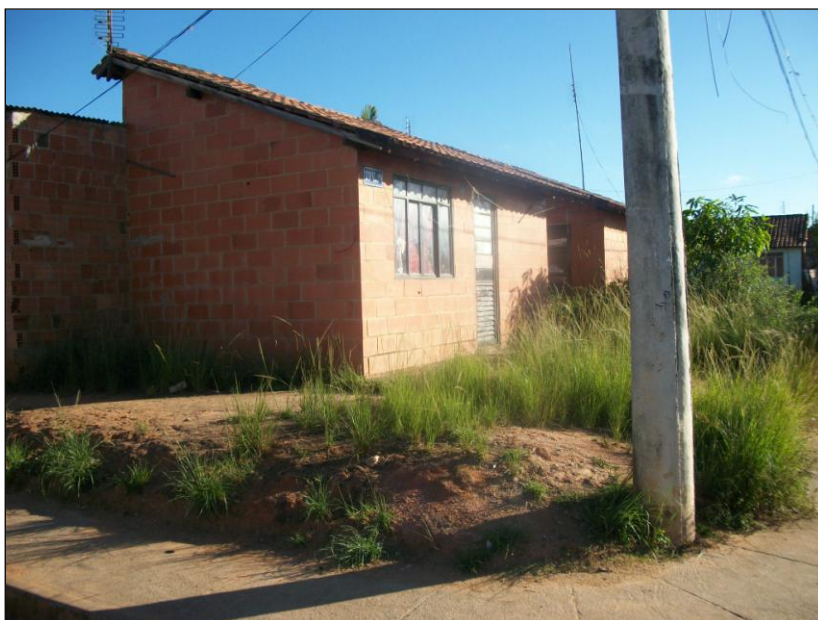


Figura 15: Unidade habitacional padrão do conjunto habitacional Nova Sepetiba I.

Fonte: arquivo pessoal. Ano 2011

Diante da tipologia utilizada para as unidades habitacionais em questão pode-se refletir sobre os modelos de representação que avaliaram como satisfatória tal forma. O que parece de antemão é que tais unidades foram pensadas tão somente para a economia de recursos financeiros e tempo, o que poderia, talvez satisfazer apenas os objetivos eleitorais dos responsáveis e nada mais profundo em relação as necessidades dos moradores.

Lefebvre (2008b) explica que “*as necessidades individuais, com suas motivações marcadas pela sociedade de consumo [...] foram antes manipuladas do que realmente conhecidas e reconhecidas*” (p. 105).

É importante ressaltar que a casa não é apenas um objeto. Como afirma Rugiero (2000) a casa não pode ser vista como um mero objeto, mesmo que por definição seja essa apenas um edifício, porém seu uso não é burocrático, mas sim um uso que representa algo muito mais complexo, ou seja, o *habitar*.

A mesma autora destaca os enfoques mais comuns que alguns autores possuem sobre a habitação onde essa pode aparecer como: Valor social; como objeto; para satisfazer necessidades; como processo; como sistema; e como gênero de vida. Esses enfoques vão variar principalmente na relação da casa como a noção do ato de habitar, o qual pode aparecer com variações associadas às diversas formas de entender e avaliar a relação complexa individual e coletiva, material e subjetiva com o espaço em sua plenitude.

Dentre esses enfoques destaca-se a habitação como gênero de vida ou estilo de vida por sua relação aparentemente mais coerente com a complexidade socioespacial. Rugiero (2000) explica que para alguns autores:

[...] a habitação como gênero ou estilo de vida, inclui o objeto, mas, além disso, orienta os aspectos subjetivos que de certo modo são os que contribuem a determinar o caráter da arquitetura que acolhe essa forma de vida. Tanto pela explícita inclusão do objeto-casa como pela consideração das “coisas”-ligadas à uma ênfase na vida e no intangível. (p.75)

As casas entregues prontas aos usuários, sem a menor participação dos mesmos, como confirmado nas entrevistas com os moradores e líderes locais de Nova Sepetiba I, podem representar um descaso com esse valor subjetivo dos estilos de vida e assim constrangimentos entre o objeto e o sujeito. Alguns

moradores destacaram que por mais que antes morassem em áreas de risco, eles “possuíam suas próprias casas”, no sentido que já haviam se apropriado de um espaço no qual foram modificando ao longo do tempo conforme suas necessidades e aspirações sociais em dimensões materiais e simbólicas. Assim, por esse enfoque, é possível afirmar que “*justamente por sua relação com a vida [...] a habitação é tudo que o homem faz e tem para realizar sua existência*”, mesmo sabendo que a “*amplitude das possibilidades que oferece a vida obviamente transborda os limites do habitacional*” (Rugiero 2000).

Com isso, Rugiero (2000) chega a uma definição mais precisa desse enfoque onde “*as polaridades entre o objeto e sujeito, entre o concreto e o intangível, entre o vivo e o inerte, se resume na definição: a moradia é, em certo modo – também – a expressão humana, de comportamentos e obras, da forma em que se realiza a vida* (p.76).

No caso estudado, considerando a tipologia da casa e a metodologia de produção da mesma sem a menor participação dos seus usuários é possível perceber que o foco para sua elaboração se deu somente no objeto em si e não no seu conteúdo, ou seja, seus usuários. É possível relacionar então, nessa perspectiva, com as críticas de Lefebvre (2008) em relação à dificuldade tradicional de se pensar uma ciência do espaço para além de suas formas, pois como mostra o autor em questão:

A ciência do espaço devia, pois, coroar e conter, ao mesmo tempo, o pensamento urbanístico. Mas aqui começam as dificuldades. De fato, se a ciência é ciência de um espaço formal, de uma forma espacial, ela implica uma lógica implacável, e a ciência não poderia consistir senão numa soma de constrangimentos pesando sobre o conteúdo (as pessoas!). Em contrapartida, se nos voltarmos para o estudo do que vem a povoar essa forma, seja as necessidades das pessoas, seja suas reivindicações, se centrarmos a reflexão sobre o conteúdo e não sobre a forma “pura”, o que garante que esse conteúdo vai entrar nessa forma sem sofrer certas afrontas? O que garante que as pessoas e suas necessidades vão se deixar inserir na logística sem resistência? (LEFEBVRE, 2008a, p.60) (destaque meu)

É de se esperar que mesmo com toda sua arquitetura questionável, os maior parte dos moradores ainda considera as casas do conjunto habitacional em questão, um ponto relevante para a melhoria na sua qualidade de vida e de sua família. Porém, nesse caso a questão não pode ser finalizada apenas nessa dimensão, tendo em vista a idéia de desenvolvimento socioespacial onde uma

melhoria na qualidade de vida não necessariamente contribui com avanços na autonomia.

No primeiro capítulo foi reforçado fato de que toda ação política que visa uma mudança social positiva deve ter como objetivo principal, ou seja, como parâmetro subordinador a autonomia, ou melhor, a formação de uma sociedade mais autônoma. Pensando em caminhos possíveis para a sustentabilidade de Nova Sepetiba esse fator é fundamental. Isso porque evidentemente se espera que esse substrato material (a casa), concebido por esferas de decisão outras que não as locais, seja transformado pelo uso dos moradores. Porém acredita-se que essa questão deveria ser pensada na elaboração do projeto notadamente com a participação efetiva dos usuários.

Com a efetiva participação dos moradores em todas as fases referentes à elaboração de seus espaços de vida. Certamente no movimento ou desenvolvimento desse lugar as adaptações e transformações materiais e simbólicas no espaço físico da casa, alcançaria maiores possibilidades de representar um processo que pudesse permitir uma maior qualidade de vida em um espaço sustentável, abrindo-se um novo nível de diálogo entre cada família, a comunidade e o poder público em diferentes esferas, consolidando assim maiores chances para autonomia.

Na pesquisa de campo pode-se averiguar que a grande maioria das famílias já realizou mudanças significativas em suas residências. A mais evidente é a construção de muros os quais eram inexistentes no projeto. Sem entrar no âmbito mais específico das técnicas arquitetônicas referentes à produção da casa, podemos observar que a sua estrutura permite poucas possibilidades reais de expansão, que no caso é a adaptação mais frequente considerando o número de componentes das famílias do local.

O lote padrão de Nova Sepetiba I, mesmo com dimensões reduzidas apresenta uma área que possibilita tal mudança, porém as casas não possuem laje, impossibilitando a verticalização da mesma. Quando questionados sobre as mudanças que fariam na arquitetura das casas se pudessem participar do projeto das mesmas, a questão da laje foi a resposta mais comum dos moradores. Para

eles, justamente devido à numerosa família, essa expansão é a mais comum e caso as casas já tivessem a estrutura em questão a adaptação seria mais fácil e menos onerosa (figura 16 e 17).



Figura 16: Construção de laje. Adaptação comum na estrutura das casas em Nova Sepetiba I.
Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011



Figura 17: Exemplo de expansão das unidades Habitacionais em Nova Sepetiba I.
Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011

Notadamente por não ser o tema nem a área específica da atual pesquisa, a questão que se coloca não é a defesa de uma técnica arquitetônica, mas sim o destaque de um tema que deveria ser discutido abertamente na elaboração do projeto com a participação dos moradores. Nesse sentido, se acredita que esse debate entre técnicos e usuários fomenta a construção de um espaço mais coerente com a complexidade socioespacial. São as construções/reconstruções representadas pelas adaptações singularizantes de parâmetros particulares destacadas no primeiro capítulo quando abordado a idéia de desenvolvimento socioespacial. Como explica Souza (2002) essas adaptações são realizadas em cada situação concreta a partir do diálogo entre os cidadãos e os pesquisadores e planejadores profissionais sobre os parâmetros particulares propostos pelos últimos com base em suas investigações empíricas e reflexões teóricas, as quais devem abordar a dialética entre o particular e o geral acerca dos fenômenos observados, fundamentados por um raciocínio multiescalar e multidimensional.

A casa foi citada como exemplo, mas nessa perspectiva, outros diversos aspectos do conjunto habitacional Nova Sepetiba I deveriam estar na mesma posição de discussão para as necessárias construções e reconstruções a partir desse diálogo entre os diferentes atores sociais para a produção de espaços realmente mais coerentes com a complexidade e diversidade do movimento do espaço social.

No segundo capítulo foi possível observar que tradicionalmente, assim como afirma Turrado (2007) as políticas habitacionais de interesse social no Brasil, especialmente aquelas representadas pelas construções de grandes conjuntos habitacionais, foram marcadas pela verticalidade, centralidade e tecnocracia do poder público, o que impossibilitou um maior alcance da autonomia individual e coletiva e certamente responde a grande parte das insustentabilidades frequentes em tais políticas.

Com exemplo de diversas experiências anteriores que fracassaram ao longo do tempo era de se esperar que uma política habitacional de interesse social realizada na eminência do século XXI não reproduzisse os mesmos padrões de outrora. Todavia, o que se pode observar é justamente o contrário no caso de Nova Sepetiba I.

Os equívocos se evidenciam não somente no substrato material construído, mas também no descaso com a manutenção do mesmo e dos serviços previstos. Nas entrevistas realizadas os moradores de Nova Sepetiba I bem como alguns líderes locais apontam nessa primeira década de existência do conjunto, um abandono da instituição responsável pelo projeto, no caso a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB). Tal abandono é possível observar nas figuras anteriores com o péssimo estado de manutenção de alguns equipamentos urbanos previstos no projeto como essenciais para a sustentabilidade local.

Outro ponto fundamental na crítica desse modelo de política habitacional é o aspecto da acessibilidade. No segundo capítulo foi destacado as idéias de Harvey (1980) onde por uma perspectiva geográfica mostra que as reformulações e reestruturações econômicas do espaço urbano entram constantemente em contradição com a inflexibilidade da forma desse espaço colocando a questão da acessibilidade em um patamar desafiador e de grande complexidade para o ordenamento e planejamento territorial urbano.

No caso de Nova Sepetiba I, segundo os argumentos do empreendedor do projeto, os quais foram analisados a partir do RIMA, a questão da acessibilidade, seja para serviços de saúde, lazer, educação e principalmente emprego seria respondida e equacionada com a promoção de todos os equipamentos urbanos, comunitários e comerciais contidas no próprio conjunto habitacional. Associado a essas medidas o mesmo documento também destaca, como já mencionado no presente capítulo, a necessidade do poder público em promover junto às empresas de transporte o aumento das linhas que atendem a região.

Com relação ao acesso ao serviço de saúde, foi possível constatar que a solução prevista não obteve sucesso. O posto de saúde no local funciona de maneira parcial e não atende as necessidades locais mais básicas. Segundo os moradores a única opção é se deslocar para o hospital estadual Rocha Faria no bairro de Campo Grande, o que representa um tormento para as famílias do local, devido não só as características dessa unidade hospitalar, mas também pela dificuldade de transporte.

No caso do lazer e educação o fato se repete. Na localidade existem apenas duas escolas para atender todos os habitantes do conjunto e das áreas circunvizinhas. Em entrevista os mesmos afirmam que a oferta de educação é reduzida tendo em vista a realidade local. No caso do lazer, foi possível observar que os espaços e equipamentos destinados para essas atividades estão em sua maioria degradados ou inadequados. Além disso, os moradores destacam a falta de qualquer atividade cultural incentivada pelo governo.

Na questão da oferta de emprego a questão é ainda mais complexa. Quando questionados sobre o previsto aumento da oferta de emprego fixo, moradores e líderes locais apontaram justamente o contrário. Ou seja, o índice de desemprego que já elevado na localidade, chegou a ficar mais significativo devido, sobretudo ao custo do transporte. Segundo os mesmos, desde o início foi comum que moradores perdessem seus empregos por conta da localização do conjunto em questão, a qual representa em custos desinteressantes para o empregador.

Outro fator preocupante é a questão da prevista melhoria nos transportes públicos da região. Mais uma vez o que ocorreu foi justamente o inverso. Os moradores explicam que as linhas de ônibus foram reduzidas, os ônibus em sua maioria são hoje microônibus provocando superlotação, as linhas que servem o local possuem itinerários ineficientes pois, todas levam praticamente para o mesmo lugar e o transporte alternativo com seus serviços de baixa qualidade e segurança imperam na região.

Com quase noventa quilômetros de distância do centro da cidade fica evidente o problema da acessibilidade em Nova Sepetiba. Todavia a questão não é tão simples, pois o modelo do empreendimento não está pautado na proximidade com o centro financeiro da cidade, mas sim na aproximação da mão-de-obra ao emprego industrial, como foi observado em experiências anteriores como a vila Kennedy no final da década de 1950 e o plano agache no decorrer dos anos de 1930.

A região de Santa Cruz e adjacências realmente possuem uma relevante presença de indústrias e com investimentos atuais em grandes projetos com o Arco Metropolitano, a Trans Oeste e do Porto de Sepetiba (Itaguaí), por exemplo,

as ofertas de emprego certamente poderiam alcançar índices mais positivos. Mas o maior problema segundo líderes locais é a falta da qualificação profissional dos moradores, a qual é fundamental para poder atuar nos setores em expansão na região.

Nesse sentido é bastante coerente a reivindicação dos moradores por cursos e instituições públicas que oferecem esse tipo de serviço na localidade. Pensando em políticas habitacionais mais eficientes e que possam garantir maiores possibilidades de desenvolvimentos sustentáveis para o conjunto, essa questão da qualificação profissional é fundamental. Como pensar em um conjunto habitacional que visa aproximar a mão-de-obra ao mercado de trabalho sem elaborar mais profundamente essa questão? É justamente esse tipo de abrangência nas políticas habitacionais de interesse social, indicada pelos moradores e líderes locais, que é defendida no presente texto.

Nesse sentido cabe ressaltar como potencialidade para a construção de um território voltado para processos sustentáveis de desenvolvimento, justamente o poder local. Nova Sepetiba é muito mais do que seus problemas aqui apontados. A riqueza do lugar e os motores fundamentais que podem ajudar a definir a construção multidimensional desse espaço são justamente a mobilização e participação dos seus moradores em busca de melhorias e conquistas para a comunidade.

Não se trata, porém de idealizar esses movimentos. Pois sendo o espaço a:

“fonte e condição indispensável para a constituição de determinados grupos, é natural que haja nestes espaços constantes disputas, avanços e recuos que constituirão os termos necessários em que serão reproduzidas as dinâmicas sociais do ambiente metropolitano.” (HAESBAERT 2006, p. 97)

Nesse sentido a formação desse território em termos materiais e simbólicos não está livre de contradições. A formação da mobilização e do poder local de Nova Sepetiba I começa a dar fortes sinais de consolidação, porém em um processo complexo e conflituoso. Os moradores e líderes locais indicaram um expressivo conflito nos primeiros anos de existência do conjunto habitacional, ocorrido entre os diferentes setores do mesmo. No caso o setor I e II, os quais foram habitados mais cedo contra os setores III e IV, conhecidos localmente como

“tijolinho”. Com o relato dos moradores foi possível entender que com a desterritorialização e em seguida a reterritorialização dos moradores, a maior parte passou a reproduzir nesse novo espaço as territorialidades presentes nos seus locais de origem, os quais representavam prioritariamente as facções criminosas e suas disputas (HAESBAERT 2004; 2005). Isso porque como explica Haesbaert (2006):

Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais. (p. 93)

Refletindo sobre como esse processo acontece hoje em dia nas grandes metrópoles capitalistas, onde além das constantes mudanças existe um aprofundamento da complexidade socioespacial, Haesbaert (2006) explica o processo contraditório de formação dessas identidades. Assim como afirmar o autor supracitado:

Ao mesmo tempo, essa contínua diferenciação da malha urbana e a experiência muitas vezes assustadora do desconhecimento e do inesperado levam o indivíduo a recriar laços de identidade e enraizamento, fortalecendo grupos e/ou delimitando novos territórios – os guetos, aí, constituem a expressão mais incisiva dessas comunidades, que procuram reproduzir-se endogamicamente e criar todo um repertório cultural comum e exclusivo do grupo. (p.92)

É de se esperar que o grupo encontrado em Nova Sepetiba I não é plenamente homogêneo e não se reproduz apenas pela endogamia. Porém, é justamente por isso que se pode supor, que esse processo evidenciado por Haesbaert (2006) *“é como se a dimensão temporal da modernidade envolvesse, através do e com o espaço, um fluxo multifacetado”* (idem) no qual se alternam pelo menos três segmentos:

- Instabilidade (“crise”), em que são contestadas as formas vigentes e gerados os caminhos para o novo;
- Luta pela imposição de um desses caminhos, aglutinada entre dois veios: o das propostas macropolíticas normatizadoras e o da criação de micropolíticas diferenciadoras;
- Relativa estabilidade e enraizamento do amálgama produzido por essa luta. (idem p. 92)

Esses três segmentos aparecem de forma nítida nos movimentos sociais de Nova Sepetiba I e nesse sentido é possível averiguar essa relativa estabilidade e

enraizamento do amálgama produzido pelas lutas, como afirmado anteriormente. O movimento “Unidos Venceremos” é uma prova dessa questão. Tal movimento é composto por dez líderes que representam cada comunidade presente no conjunto e outras adjacentes bem como os demais participantes. Somando força com a “Associação de Moradores e Amigos de Nova Sepetiba” esse movimento vem atuando intensamente na luta não somente por melhorias no conjunto habitacional em questão, mas também na luta por moradia de um grupo expressivo de pessoas.

As atividades desses dois movimentos sociais se estruturam em mobilizações públicas, diálogos com as representantes do governo e com instituições responsáveis, mais especificamente a CEHAB, bem como a ocupação e resistência de algumas áreas (ver figuras 18 e 19).²²



Figura 18: Ocupação do Movimento “Unidos Venceremos” no terreno da Associação de Moradores e Amigos de Nova Sepetiba I. Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011

²² Essa imagem representa uma mudança na estratégia de ação do movimento social em questão. Com a violenta remoção feita pelo Estado, do acampamento estabelecido em uma área pública de Nova Sepetiba I no início de 2011, os participantes do movimento, apoiados pela associação de moradores e outros parceiros ocuparam áreas privadas do conjunto, com o consentimento e apoio dos proprietários. No caso a área privada mostrada na figura 18 é justamente da associação de moradores local.



Figura 19: Ocupação do Movimento “Unidos Venceremos” no terreno da Associação de Moradores e Amigos de Nova Sepetiba I. Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011

De acordo com os líderes dos movimentos citados algumas conquistas já foram realizadas como o início da obra de recuperação de áreas degradadas do conjunto bem como a construção de novas praças. Essas obras são de responsabilidade da CEHAB e prometem gerar uma maior oferta de emprego na comunidade, principalmente ligado a área de construção civil²³. (ver figura 20). Essa movimentação recente mostra a força desse movimento e prova, ainda que de maneira preliminar, a posição de alguns líderes comunitários e moradores de que aparentemente o poder público, representado pela CEHAB, está mostrando maior interesse nesse local e nesse sentido, mas próximo dos moradores e disposto a atender suas reivindicações

²³ Como exposto na figura 20 a CEHAB se compromete a criar 100 empregos diretos para a comunidade local na fase de operação das obras. Porém segundo moradores e líderes comunitários menos de dez operários foram contratados até o momento.



Figura 20: Placa de divulgação das obras da CEHAB em Nova Sepetiba I.

Fonte: arquivo pessoal. Ano: 2011

Nesse sentido, uma das características mais evidentes de Nova Sepetiba I é justamente a expressiva mobilização social entre os moradores na busca de um espaço que gere qualidade de vida e justiça social.

Com o levantamento e análise das diversas características do projeto Nova Sepetiba I, bem como do atual processo de desenvolvimento local, foi possível avaliar que por um lado, no que condiz ao espaço concebido, o substrato material em sua plenitude não se diferencia relevantemente com modelos fracassados de políticas habitacionais de interesse social na realidade carioca, dos quais alguns exemplos foram abordados no segundo capítulo.

As semelhanças não se encerram nas formas, mas também no modelo de elaboração do projeto que dispensou qualquer tipo de participação popular para o debate e possíveis adequações que provavelmente poderiam possibilitar condições reais de produção de um espaço promotor de autonomia e liberdade.

Evidentemente essa produção não seria garantida apenas na forma material construída. Nesse sentido uma ação governamental que vise uma mudança social positiva, não pode se encerrar apenas nessa dimensão material, pois o processo de desenvolvimento é extremamente dinâmico e complexo, ainda mais tendo em

vista a velocidade das transformações sociais, econômicas e políticas de uma metrópole nos dias atuais. Assim a produção do espaço em questão deve ser contínua e democrática. A preocupação do poder público deve alcançar diversas dimensões desse processo. Nesse sentido a atuação das instituições responsáveis por essas políticas habitacionais não pode se estruturar de maneira simplista, pois como analisado anteriormente o déficit habitacional é apenas a face externa da exclusão política daqueles que compõem o grupo atingido por esse problema social complexo.

Com base na idéia de desenvolvimento socioespacial a promoção da autonomia no conjunto habitacional, provavelmente só será efetiva no momento em que essas contradições entre o espaço concebido e o espaço percebido possam entrar no debate democrático com os atores sociais que participam do desenvolvimento do conjunto habitacional em questão em múltiplas escalas e dimensões.

Uma maior aproximação e conseqüente complementaridade entre a escala do poder local e do poder público pode representar assim uma mudança paradigmática no movimento do espaço social e nesse sentido gerando maiores possibilidades de garantir processos de desenvolvimentos mais sustentáveis.

3.3. Pensando em novos caminhos para a habitação de interesse social

Para concluir o presente capítulo algumas ponderações e ressalvas são necessárias. Nesse momento tem-se em mãos um material que tentou um aprofundamento sobre a complexidade do setor habitacional carioca, principalmente na esfera da habitação de interesse social, ou seja, voltada para atender as necessidades da população de baixa renda, a qual, por diversos motivos, fica excluída do mercado imobiliário da cidade. O estudo de caso do conjunto habitacional Nova Sepetiba I foi fundamental para o aprofundamento sobre essas questões principalmente para análise crítica da ação do poder público sobre esse espaço bem como sobre as contradições e potencialidades do poder local frente ao processo de desenvolvimento do conjunto habitacional em questão.

Assim esse estudo de caso possibilitou uma visão concreta da materialização das insustentabilidades frequentes às políticas habitacionais estudadas bem como as possibilidades de mudança desse quadro.

O levantamento e análise de algumas das principais políticas voltadas para tal setor nas últimas quatro décadas permitiu consolidar a noção de que os problemas habitacionais na cidade estão longe de ser solucionados por meio de ações simplistas estabelecidas por uma visão monodimensional da questão.

Essa perspectiva se reforça não apenas na análise dos frequentes fracassos das políticas frente ao setor em análise, mas também com as reflexões de que o desenvolvimento socioespacial é um movimento complexo no/do espaço em múltiplas dimensões e escalas. Nesse sentido agir para a resolução dos problemas habitacionais depende, dentre outras incontáveis variáveis, de um aprofundamento na perspectiva geográfica da questão.

Santos (2008) explica que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações no qual a intencionalidade é a noção fundamental para entender o processo pelo qual ações e objetos se confundem em um movimento político de produção e reprodução incessantes. Essa visão política é complementada quando se atenta para o fato de que o espaço é em sua própria essência, uma forma-conteúdo, *“isto é, [...] uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou”* (idem p. 25)

Na observação dessa geografia as ações e objetos, as formas e conteúdos são constantemente colocados em constrangimentos mútuos ao mesmo tempo em que se completam. As ações transformam e dão vida aos objetos enquanto esses por sua vez também lhe transformam e lhe dão condições materiais de existência.

A realidade estudada no presente trabalho mostra claramente que a produção e apropriação material do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, mas também as reafirma e as reproduz. Essa relação dinâmica e complementar muitas vezes foi ignorada. Tentando resolver essas incongruências muitas utopias foram pensadas e materializadas com objetivo de

construir uma sociedade idealizada. Para concretizar essas utopias foi preciso decidir se a resposta para promoção da mudança estava nas formas ou no conteúdo.

Harvey (2006) afirma que:

Todos os grandes planejadores urbanos, engenheiros e arquitetos do século XX dedicaram-se a suas tarefas combinando um intenso imaginário de algum mundo alternativo (tanto físico como social) com uma preocupação prática com a engenharia e a reengenharia de espaços urbanos e regionais de acordo por projetos radicalmente novos. Enquanto alguns [...] instauram o contexto imaginativo, uma multiplicidade de praticantes dedicou-se a realizar esses sonhos em tijolos e cimento, vias expressas e torres, cidades e subúrbios, erigindo versões da Villes Radieuse ou da Broadacre City [...], construindo cidades inteiras a partir do nada comunidades em escala íntima, aldeias urbanas ou coisa do gênero. (p.214)

Como é de se esperar as diversas materializações do que Harvey (2006) chama de utopias da forma espacial foram de encontro à complexidade dos processos sociais que supostamente, poderiam ser controlados e definidos por essas materialidades. Nas palavras do autor em destaque:

“As utopias da forma espacial pretendem tipicamente estabilizar e controlar os processos que têm de ser mobilizados para virem a se concretizar. Logo, no próprio ato de realização dessas utopias, o processo social toma as rédeas da forma espacial com que se pretende controlá-lo.” (p.229)

Dessa forma cabe pensar na outra potencial frente de mudança socioespacial, no caso, o processo social em virtude da forma espacial. Pois *“se as utopias materializadas deram errado por causa dos processos sociais mobilizados em sua construção, o foco passa a ser questões acerca do processo”* (HARVEY 2006, p. 228). Nesse sentido o mesmo autor interroga se é possível, então, *“pensar num utopismo do processo, em vez de num utopismo da forma espacial”?* (p.228)

Porém, considerando não só a dialética complexa entre as dimensões física das formas e os processos sociais que produzem o espaço em sua plenitude, na qual se torna infrutífero a separação cartesiana entre as mesmas, o autor em questão destaca mais duas limitações desse utopismo do processo social. Segundo Harvey (2006) esse utopismo relega a geografia a um plano desprezível, sem importância.

As versões idealizadas dos processos sociais [...] costumam exprimir-se em termos puramente temporais. São de modo geral literalmente desvinculadas de todo e qualquer lugar, e tipicamente se exprimem totalmente fora das constrições da espacialidade. As qualidades espaciais e temporais são completamente ignoradas. (p.228)

O modelo hegemônico de desenvolvimento, intensamente debatido no primeiro capítulo do presente texto, pode ser de certa forma, associado a algum tipo de utopismo do processo social, na medida em que exporta, por meio do discurso e da violência efetiva, um modelo civilizatório padrão para todos os lugares, provocando resultados nefastos em termo materiais e imateriais.

Outra limitação para o utopismo do processo social, não está vinculado somente ao discurso hegemônico, pois mesmo utopismos alternativos podem cair no erro do qual Harvey (2006) destaca que essas utopias de processo social “*têm hábito de se perder no romantismo dos projetos interminavelmente abertos que nunca têm de chegar a um ponto conclusivo (no espaço e no lugar)*” (p.229).

Tanto o utopismo da forma espacial como o do processo social possuem limitações quanto à consideração da complexidade socioespacial em múltiplas dimensões e escalas bem como da dialética entre formas e conteúdos. Acabam assim, tendendo a homogeneizar o espaço e nesse sentido afetando negativamente a promoção da autonomia e conseqüentemente a processos sustentáveis de desenvolvimento.

As contradições e complementaridades entre as formas espaciais e os processos sociais devem ser pensadas em suas múltiplas e complexas dimensões e escalas, do objetivo ao subjetivo, do material ao simbólico, do individual ao coletivo, da casa a cidade etc. em uma perspectiva autonomista que promova o diálogo, a resistência, a negociação e a integração ativa e consciente da transformação e do novo, tendo em vista a dinâmica inesgotável da produção intencional do espaço.

Assim, pensar e agir sobre os problemas habitacionais é também pensar na produção política do espaço urbano em suas múltiplas dimensões e por múltiplas escalas, alcançando o material e o simbólico, o individual e o coletivo, o próximo e o distante etc. em uma visão consciente e coerente com as suas

complementaridades e consequentes contradições no decorrer desse processo social complexo.

Pode-se concluir que o ambiente construído, no caso em estudo o conjunto habitacional Nova Sepetiba I, não existe independente das relações sociais. Pensar e Agir em virtude a um desenvolvimento socioespacial para esse espaço é, pois avançar, dentre outras incontáveis variáveis, sobre esses aspectos geográficos.

Tendo em vista a multidimensionalidade espacial, ou seja, a complexidade socioespacial, como produzir um espaço urbano menos injusto e promotor da liberdade anunciada há tempos? A autonomia novamente é um conceito chave para essas questões, pois ela pode favorecer o fortalecimento da relação entre os diversos atores sociais da produção do espaço em termos materiais e simbólicos.

Para alcançar tais objetivos, as mudanças, como abordado anteriormente, não podem ser apenas nas formas, mas também nos processos sociais do espaço bem como nas suas instituições. Nesse sentido, considerando esses aspectos, conclui-se que as políticas habitacionais de interesse social devem buscar uma maior abrangência na suas estruturas teóricas, práticas e burocráticas.

Considerando essas idéias e dando destaque, nesse momento à necessária mudança institucional, se propõe como um dos caminhos possíveis para políticas habitacionais mais sustentáveis o avanço na discussão sobre a idéia de Produção Social do Habitar (PSH).

Segundo Turrado (2007):

PSH é entendida como uma perspectiva em construção, baseada nas experiências e na reflexão que os diversos atores que dela participam (movimentos sociais, ONGs, organizações de base, grupos acadêmicos) vêm desenvolvendo na América Latina há quarenta anos. Os desafios da PSH é produzir reflexão crítica e autocrítica que resulte em propostas dentro do campo das próprias experiências [...]. Trata-se de um debate que **não** tem como objetivo a elaboração de um catálogo de “boas práticas”, mas a construção de um quadro conceitual com projeções políticas. (p. 155).

Nesse sentido a perspectiva da PSH vem ao encontro do processo de formação de uma cidade mais democrática e justa formada por uma sociedade mais autônoma. Essa perspectiva de ação mostra a participação do setor

habitacional nesse processo, sobretudo considerando o habitar uma relação socioespacial complexa, na qual diversas necessidades sociais têm maiores possibilidades de serem atendidas.

A questão das necessidades é um ponto complexo para se pensar uma produção mais justa para a cidade, assim como explica Lefebvre (2008b):

A reflexão teórica se vê obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas da cidade (econômicas, políticas, culturais e etc), bem como as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana. [...] as necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. [...] necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de percepções num “mundo”. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas [...] acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades específicas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como o esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e *momentos*, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes. (p.105)

Por essas razões é coerente afirmar que:

Quando pensamos o espaço urbano a partir dos seus cidadãos e do seu direito a um habitat adequado, que não contemple somente a casa e a infra-estrutura urbana, mas que reflita as práticas, representações e escolhas daquelas pessoas que nele desenvolverão boa parte das suas vidas e relações, amplia-se a concepção do chamado “direito à moradia”. Esta idéia nos remete à idéia de “direito à cidade”, de Lefebvre (1969), incluindo o direito à diferença, ao movimento, ao trabalho não-alienado e à cultura. (TURRADO, 2007, p. 154)

A Produção Social do Habitar tenta lidar de maneira mais coerente com essas necessidades as quais se transformam e mudam sua ordem de importância em cada lugar. Nesse sentido, entende-se que a PSH surge como uma vertente contrária às políticas habitacionais e com “*intuito de pensar formas alternativas de organizar e racionalizar essa produção espontânea do espaço*” (Turrado 2007, p. 156).

Nesse sentido a mesma autora destaca cinco pontos fundamentais dessa vertente, os quais podemos resumidamente expor:

1. A moradia entendida mais como um processo do que como um objeto final. Isto implica pensar no “ato de habitar” [...] como dimensão complexa e multidimensional; como o “conduzir de algo ainda invisível para a existência visível, envolvendo simultaneamente componentes sociais, culturais, políticos que se desenvolve junto com a casa, a infra-estrutura e os equipamentos”[...]. Essa abordagem busca ampliar a noção da mera construção de moradias para a satisfação desta necessidade e resgatar os inúmeros processos e mecanismos que estão em jogo nessa construção. (p.156)

Nesse sentido esse primeiro ponto, como afirma a autora, pode ser uma contrapartida ao tecnicismo e à despolitização do problema habitacional.

2. A moradia concebida, fundamentalmente, como um bem-de-uso produzido para satisfazer uma necessidade básica e um direito humano. (p.156)

Esse ponto é profícuo no momento em que se contrapõe a ênfase dada à moradia enquanto mercadoria e assim à priorização do seu valor de troca. Aspectos que se estruturam em um processo de construção e distribuição no qual *“participam de forma protagônica agentes financeiros, promotores, empresas orientadas por interesses que não respondem às possibilidades e expectativas dos “usuários” do “produto”* (Turrado 2007).

3. O fortalecimento da autonomia e a determinação dos setores sociais de produzir e administrar seu *habitat* e transformar políticas e estruturas de poder que limitam ou dificultam este objetivo. (p.156)

Essas noções vão de encontro a verticalidade, a centralidade e tecnocracia que caracterizou, como foi possível observar no decorrer da pesquisa, a política de construção dos grandes conjuntos habitacionais. O caso de Nova Sepetiba I é bem ilustrativo das insustentabilidades criadas por meio dessas características bem como na potencialidade de uma mudança institucional no setor de habitação social que aproxime na gestão do lugar os poderes locais e governamentais criando uma relação de complementaridade, onde a participação social pode ser efetivamente um instrumento de transformação. Cabe ressaltar que essas interações não são pensadas sem as intrínsecas contradições e conflitos, mas é justamente nesse contexto complicado, porém democrático e autônomo é que o lugar pode ser pensado, construído e reformulado de modo mais coerente com a complexidade socioespacial em múltiplas escalas e dimensões.

4. A revalorização da esfera local, da ajuda mútua, da solidariedade e da organização, como caminho coletivo de racionalização da produção “espontânea” de bairros. (p.156)

Neste caso, como afirma a autora:

[...] o contraponto é a grande escala e homogeneização das situações habitacionais diante da diversidade das situações reais e, posteriormente, a criação das condições para a “espontaneidade” dos favelados ou *villeros*, com a remoção das populações para “lotes com serviços”, nos quais as famílias deviam construir em condições precárias as suas casas e reivindicar os serviços e a infra-estrutura inexistente. (TURRADO 2007, p.156)

No último ponto a autora destaca:

5. O protagonismo das populações enquanto sujeitos de direito, organizados e capacitados para interferir e negociar no âmbito da formulação e implementação de política pública, exercendo controle social sobre ela. (p.157)

Nessa perspectiva há o contraponto da concepção hegemônica de passividade de um beneficiário-receptor das políticas habitacionais que *“pela sua necessidade e vulnerabilidade, é visto como despojado de preferências, cultura, gosto e hábitos que precisam ser respeitados”* (TURRADO 2007).

Evidentemente que a materialização dessas propostas depende de variáveis diversas que também dizem respeito à escala do poder público, no sentido de uma mudança institucional que possibilite a implementação desse processo de produção do habitar, bem como também depende de uma vontade e organização política coletiva no âmbito do poder local, o qual é fundamental para o desenvolvimento, ou melhor, para os desenvolvimentos sustentáveis possíveis.

Além disso, essa perspectiva não garante o sucesso em todos os casos, mas certamente representa uma forma mais autônoma e coerente para se pensar em *“uma mudança qualitativa na formulação e metodologia de implementação das soluções habitacionais para a população de baixa renda”* (TURRADO 2007). Assim se porventura houver materializações consideradas equivocadas, os responsáveis, em todas as escalas, possuem a possibilidade concreta e os subsídios necessários para suas reformulações em um processo mais democrático e autonomista.